



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

MARIA IZABEL DOS SANTOS MACHADO

**ABAETETUBA E O CONTEXTO DO GRANDE PROJETO DO TUP DA CARGILL:
O CASO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA INSULAR BOM REMÉDIO**

ANANINDEUA - PA
2025

MARIA IZABEL DOS SANTOS MACHADO

**ABAETETUBA E O CONTEXTO DO GRANDE PROJETO DO TUP DA CARGILL:
O CASO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA INSULAR BOM REMÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção de grau de Licenciatura em Geografia, pela
Faculdade de Geografia, do *Campus* Universitário de
Ananindeua da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares

ANANINDEUA - PA

2025

MARIA IZABEL DOS SANTOS MACHADO

**ABAETETUBA E O CONTEXTO DO GRANDE PROJETO DO TUP DA CARGILL:
O CASO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA INSULAR BOM REMÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

RESULTADO: APROVADA CONCEITO: EXCELENTE.

ANANINDEUA (PA), 11 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares (Presidente/Orientador)
Universidade Federal do Pará / *Campus* Ananindeua / Faculdade de Geografia

Prof. Dr. Alúcio Fernandes da Silva Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará / *Campus* Ananindeua / Faculdade de Geografia

Prof.^a Dra. Susane Cristini Gomes Ferreira (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará / *Campus* Marabá Rural

ANANINDEUA - PA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me guardar e proteger.

Agradeço à minha família por sempre me incentivarem nos estudos. Meu agradecimento de todo meu coração à minha mãe, Maria do Socorro, e ao meu pai, Antônio, não mediram esforços para que eu tivesse um mínimo de segurança para estudar em outro município. Sou imensamente grata pelo apoio familiar dos meus irmãos, Alesandra, Jaqueline e Jorgue.

Agradeço também à família da Dona Marina Rodrigues, Suelen, Manuele, Mariele, Diniele, João e Aderlan, que me acolheram com muito carinho na casa deles, me senti tão acolhida e protegida, tenho certeza de que foi um enorme incentivo para que eu não desistisse.

Agradeço a algumas pessoas que também foram importantes nesse processo: a minha tia Madelena e sua família, Jéssica e Danilo, que também me acolheram na sua casa por alguns meses.

Ao Júnior Rodrigues, que esteve comigo, me ajudou e me deu apoio durante todo o meu estudo. Estou imensamente feliz, pois cada apoio que eu recebi foi crucial para que eu concluísse meus estudos com êxito.

Agradeço à Faculdade de Geografia, ao meu professor e orientador Daniel Sombra, aos demais professores e aos meus colegas de turma, principalmente a Rayane, Brenda, Layane, Marcos e Mateus.

E agradeço principalmente ao território quilombola Bom Remédio, pelo apoio e acolhimento.

RESUMO

A discussão sobre território e territorialidade tem ocupado um papel central nas análises geográficas contemporâneas, principalmente quando o enfoque recai sobre os conflitos por terra, identidade e pertencimento. Além da importância cultural, o território é a base física de sustentação das práticas socioeconômicas da comunidade, como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e o extrativismo, todas vinculadas ao equilíbrio ecológico e aos saberes ancestrais. A entrada de grandes empreendimentos, como o da Cargill, rompe essa lógica a partir da imposição de uma racionalidade baseada na mercantilização da natureza, uso intensivo do solo e desconsideração das formas de ocupação historicamente construídas. Assim, este trabalho se propõe a investigar como a territorialidade da comunidade quilombola Bom Remédio pode ser afetado pelas ações da empresa Cargill em Abaetetuba, no estado do Pará. Desse modo, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, ancorada em dois pilares fundamentais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A etapa de pesquisa de campo complementou a análise bibliográfica, permitindo uma aproximação direta com a realidade vivida pela comunidade quilombola. A escolha pela entrevista como técnica principal se deu pela sua capacidade de captar narrativas, percepções e estratégias de resistência dos sujeitos diretamente impactados. Com base nas entrevistas analisadas, foi possível observar que a Comunidade Quilombola Bom Remédio tem plena consciência dos impactos socioambientais, econômicos e culturais que o projeto da Cargill representa. As falas de mulheres de diferentes gerações, com forte inserção comunitária e histórica no território, demonstram a percepção coletiva de que o empreendimento, longe de oferecer benefícios, intensifica a degradação ambiental, compromete os modos de vida tradicionais e ameaça o futuro das novas gerações. As entrevistas realizadas, especialmente com as lideranças femininas da comunidade, puderam evidenciar sentimentos de preocupação, resistência e insegurança frente ao avanço do projeto da Cargill. As mulheres entrevistadas expressaram a importância de manter o território tradicional, apontando que ele representa não apenas um espaço físico, mas também um elo com a ancestralidade, a memória e a identidade quilombola. Desse modo, observou-se que o projeto do TUP, representa uma ameaça concreta à reprodução social e cultural desse povo, uma vez que não considera adequadamente a existência e os direitos da comunidade.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Quilombolas; Conflitos Socioambientais.

ABSTRACT

The discussion on territory and territoriality has occupied a central role in contemporary geographical analyses, especially when the focus is on conflicts over land, identity and belonging. In addition to its cultural importance, territory is the physical basis for sustaining the community's socioeconomic practices, such as subsistence farming, artisanal fishing and extractivism, all linked to ecological balance and ancestral knowledge. The entry of large enterprises, such as Cargill, disrupts this logic by imposing a rationality based on the commodification of nature, intensive land use and disregard for historically constructed forms of occupation. Thus, this work aims to investigate how the territoriality of the Bom Remédio quilombola community can be affected by the actions of the Cargill company in Abaetetuba, in the state of Pará. Thus, this research adopted a qualitative approach, anchored in two fundamental pillars: bibliographic research and field research. The field research stage complemented the bibliographic analysis, allowing a direct approach to the reality experienced by the quilombola community. The choice of interviews as the main technique was made due to their ability to capture narratives, perceptions and resistance strategies of the individuals directly impacted. Based on the interviews analyzed, it was possible to observe that the Bom Remédio Quilombola Community is fully aware of the socio-environmental, economic and cultural impacts that the Cargill project represents. The statements of women from different generations, with strong community and historical involvement in the territory, demonstrate the collective perception that the project, far from offering benefits, intensifies environmental degradation, compromises traditional ways of life and threatens the future of new generations. The interviews conducted, especially with the female leaders of the community, were able to highlight feelings of concern, resistance and insecurity in the face of the advancement of the Cargill project. The women interviewed expressed the importance of maintaining the traditional territory, pointing out that it represents not only a physical space, but also a link with the ancestry, memory and identity of the quilombolas. Thus, it was observed that the TUP project represents a concrete threat to the social and cultural reproduction of these people, since it does not adequately consider the existence and rights of the community.

Keywords: Territory; Territoriality; Quilombolas; Socio-environmental Conflicts.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FASE = Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

LARC = Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica

MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens

MPF = Ministério Público Federal

NUMA = Núcleo de Meio Ambiente

OIT = Organização Internacional do Trabalho

SEMAS/PA = Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

TCLE = Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TQ = Território Quilombola

TUP = Terminal de Uso Privativo

UFPA = Universidade Federal do Pará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do TQ Bom Remédio, Abaetetuba (PA).	23
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	12
3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	14
4. OS GRANDES PROJETOS E A POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NA AMAZÔNIA	18
5. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA	20
6. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA BOM REMÉDIO E O GRANDE PROJETO DO TUP DA CARGILL	22
6.1. O Território Quilombola Bom Remédio: localização e situação	22
6.2. O Grande Projeto do TUP da Cargill.....	24
6.3. O conflito territorial e socioambiental entre TQ Bom Remédio e TUP da Cargill.....	25
6.4 Percepções e estratégias do território Quilombola Bom Remédio frente ao projeto da Cargill	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO A - Registro da reunião do grupo de mulheres da Comunidade Quilombola Bom Remédio	37
ANEXO B - Registro da entrevista com Dorna Lourdes e Regina	38
ANEXO C - Registro do momento de confraternização do grupo das mulheres em comemoração ao dia das mães	39

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre território e territorialidade tem ocupado um papel central nas análises geográficas contemporâneas, principalmente quando o enfoque recai sobre os conflitos por terra, identidade e pertencimento. Ao longo da história da Geografia, o conceito de território passou por transformações profundas, saindo de uma perspectiva fixista e estatal, centrada no controle físico do espaço, para uma abordagem mais relacional e sociopolítica, que compreende o território como produto da ação humana, marcado por relações de poder, cultura e resistência (Silva, 2017).

Autores como Haesbaert (2004) e Raffestin (1993) ampliam o conceito de território ao considerá-lo não apenas como espaço físico delimitado, mas como construção social e simbólica, resultado de práticas humanas, afetividades e relações de poder. Para Raffestin (1993), o território é o espaço apropriado, transformado pela ação humana e carregado de significados. Nessa mesma direção, Milton Santos (2006) propõe a noção de território usado, que envolve tanto o chão, a base física e material, quanto a identidade, compreendida como laço simbólico, afetivo e social. A territorialidade, portanto, é a expressão das práticas que os sujeitos exercem sobre o território, resultando em dinâmicas que vão muito além da simples ocupação ou posse legal da terra.

O pensamento clássico de Friedrich Ratzel (1990) e sua visão organicista de território como extensão do Estado serviu como base para a Geografia Política do século XIX e XX, marcada por forte influência positivista, imperialista e determinista. Embora essa abordagem tenha sido superada teoricamente, ainda resiste na prática, especialmente em políticas públicas que ignoram os múltiplos significados do território para os povos tradicionais. Como contraponto, a abordagem contemporânea proposta por alguns autores como Claude Raffestin considera o território como arena de conflitos, onde múltiplos atores disputam materialidades, simbolismos e direitos, sendo essencial à compreensão dos modos de vida e da organização sociopolítica das comunidades quilombolas.

A região insular de Abaetetuba por conta sua localização geografia e sua forte influência fluvial, tornou-se um ponto estratégico para a empresa da Cargill, que visa criar um porto de escoação de commodities acículas para completar sua matriz logística no Arco Norte¹ (Cargill, 2025).

¹ Arco do Norte, corresponde aos estados Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão e parte do Piauí são corredor Logístico de Exportação, também conhecido como Sistema Arco Norte, é composto por múltiplos corredores multimodais e plataformas portuárias de apoio e suporte operacional (Júnior, 2020).

A escolha da temática se justifica pela necessidade de visibilizar as tensões entre os projetos de desenvolvimento voltados à acumulação capitalista e os modos de vida sustentáveis e coletivos dos povos tradicionais. Tendo em vista que, o território quilombola representa o corpo material da identidade coletiva negra, espaço de ancestralidade, cultura e resistência, cuja perda significa não apenas deslocamento geográfico, mas apagamento existencial (Nogueira; Nascimento, 2012). Nesse caso vamos tratar especificamente do território quilombola Bom Remédio e projeto da Cargill.

Além da importância cultural, o território é a base física de sustentação das práticas socioeconômicas da comunidade, como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e o extrativismo, todas vinculadas ao equilíbrio ecológico e aos saberes ancestrais. A entrada de grandes empreendimentos, como o da Cargill, rompe essa lógica a partir da imposição de uma racionalidade baseada na mercantilização da natureza, uso intensivo do solo e desconsideração das formas de ocupação historicamente construídas. Cabe ressaltar, também, que os grandes projetos na Amazônia não só reconfiguram o espaço geográfico, como também redefinem as relações de poder e pertencimento, subordinando as populações locais às dinâmicas do capital (Porto-Gonçalves, 2006).

Neste sentido, este trabalho se propõe a investigar como a territorialidade do quilombo Bom Remédio pode ser afetado pelas ações da empresa Cargill em Abaetetuba, no estado do Pará, indiretamente, pois, o porto ainda não foi instalado. Através do diálogo entre os conceitos de território, territorialidade e identidade coletiva com os conflitos contemporâneos por terra na Amazônia, a pesquisa visa contribuir para o fortalecimento das lutas por reconhecimento, permanência e valorização dos modos de vida quilombolas. A compreensão do território como espaço vivido, disputado e transformado se torna, portanto, a chave analítica fundamental para compreender os efeitos concretos da política de intervenção e dos grandes projetos na Amazônia.

Para melhor desenvolver esta discussão, o artigo está estruturado em seis seções principais, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia adotada, destacando as estratégias de pesquisa utilizadas. A terceira seção aborda os conceitos de território e territorialidade, fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. Em seguida, na quarta seção, discute-se o histórico dos grandes projetos e a política de intervenção na Amazônia. A quinta seção analisa as transformações socioespaciais no município de Abaetetuba, contextualizando o cenário local. Na sexta seção, o foco recai sobre o Território Quilombola Bom Remédio e o projeto do TUP da Cargill, explorando o conflito territorial, os

impactos socioambientais e as percepções da comunidade. Ao final, são apresentadas as considerações finais, com a síntese dos resultados e reflexões sobre os desafios enfrentados pela comunidade.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, ancorada em dois pilares fundamentais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo compreender os conceitos de território e territorialidade a partir de autores-chave como Haesbaert, Raffestin, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Milton Santos, entre outros. Também foi realizada uma revisão de literatura sobre os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus impactos nos territórios tradicionais, com destaque para os efeitos socioespaciais e territoriais provocados por empreendimentos como o da empresa Cargill. A base teórica construiu o alicerce para interpretar criticamente as transformações territoriais em Abaetetuba e as tensões socioterritoriais vivenciados pelo território Quilombola Bom Remédio.

A etapa de pesquisa de campo complementou a análise bibliográfica, permitindo uma aproximação direta com a realidade vivida pela comunidade quilombola. A escolha pela entrevista como técnica principal se deu pela sua capacidade de captar narrativas, percepções e estratégias de resistência dos sujeitos diretamente impactados. As entrevistas foram semiestruturadas, possibilitando que o roteiro orientasse a conversa sem engessar o relato das/os participantes, respeitando suas vozes e modos próprios de se expressar. Essa etapa possibilitou um aprofundamento na compreensão das dinâmicas territoriais e identitárias, assim como das tensões provocadas pelo projeto da Cargill.

O trabalho de campo seguiu etapas definidas para garantir a organização e a ética da pesquisa. Inicialmente, foi feito um contato prévio com lideranças da Associação Quilombola da Comunidade Bom Remédio para apresentar os objetivos do estudo, solicitar autorização e alinhar o momento adequado para a realização das entrevistas. Em seguida, foi aplicada a entrevista com três categorias principais de sujeitos: representantes da associação quilombola, moradores e lideranças comunitárias envolvidas nos processos de mobilização. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme previsto na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

As entrevistas foram guiadas por três eixos principais: (1) histórico e vínculo com o território; (2) percepção sobre os impactos do projeto da Cargill; e (3) estratégias de resistência e mobilização frente à ameaça territorial. A escolha desses eixos foi fundamentada tanto na literatura revisada quanto nas demandas expressas pelas comunidades tradicionais em outros contextos de conflito com grandes projetos. Essa estrutura permitiu captar a complexidade da territorialidade quilombola, considerando aspectos simbólicos, culturais, econômicos e políticos do uso e da defesa do território.

Por fim, os dados obtidos nas entrevistas foram organizados e analisados à luz do referencial teórico apresentado. A triangulação entre os discursos dos sujeitos, os documentos (como o Protocolo de Consulta da comunidade) e a bibliografia consultada garantiu maior consistência analítica e aprofundamento crítico. Assim, a metodologia adotada permitiu uma compreensão abrangente e situada das transformações territoriais e dos conflitos socioambientais no município de Abaetetuba, tendo como foco central a experiência da Comunidade Quilombola Bom Remédio frente ao avanço do agronegócio na região.

Por último, o mapa apresentado no trabalho foi elaborado pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC), do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A noção de território tem suas origens na Geografia Clássica, estando, por muito tempo, fortemente vinculada à ideia de território nacional, o qual é compreendido como o espaço físico delimitado sob a autoridade legal do Estado. Essa concepção, centrada na delimitação de fronteiras e no domínio estatal, também mantinha uma relação estreita com os aspectos físico-naturais do espaço. Apesar das reflexões mais recentes, como as de Silva (2017), é importante reconhecer que a discussão em torno do território emergiu, originalmente, no contexto da Geografia Política do século XIX, período marcado pela consolidação dos Estados-nação, quando prevalecia a concepção de território como um espaço fixo, controlado, governado e exercido como expressão de poder (Silva, 2017).

O conceito de Território, carrega consigo uma complexidade significativa, baseado em diferentes elementos. Na Geografia, autores relacionam os conceitos de território com sua história, evidenciando suas raízes nas obras *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1897) do autor Friederich Ratzel. Tais obras, foram fundamentadas no determinismo, imperialismo do final do século XIX, bem como, do Romantismo Alemão. O contexto histórico, evidencia o território fundamentado em relações de poder, visto que este era entendido como uma expressão, tanto legal quanto moral do Estado, associado a conjunção do povo e do solo.

Essa conceituação de território, representa uma concepção de poder unidimensional, uma vez que, somente o Estado detém do poder, de modo que se pode considerar que não haveria conflitos no território, haja vista que não existiam outras relações de poder neste caso. Desse modo, o século XIX e XX, foi marcado por uma geografia do Estado, a qual era reconhecida por possuir uma política unidimensional, a qual negou-se a ver na política nada além de uma expressão estatal.

Os conceitos de Espaço e Território, são diferentes entre si, de modo que, diversos geógrafos confundiram-se em suas análises, todavia, privaram-se de realizar distinções úteis e necessárias acerca dos termos em questão. Raffestin (1993 p. 143), sobre o conceito de território, descreve que o espaço vem antes do território, enquanto o território forma-se por meio do espaço, de modo que

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. o espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993 p. 143, 144).

Segundo Ratzel (1990), o território se configura a partir da articulação indissociável entre uma dimensão físico-natural, na qual é representada pelo solo e seus recursos, e uma dimensão política, vinculada à atuação e ao controle do Estado sobre esse espaço. Conforme o autor afirmava:

(...) é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence (RATZEL, 1990. p. 73).

Além de...

(...) os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isso não é possível o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (idem, p. 74).

Dessa maneira, é fundamental compreender que a análise de Ratzel estava sustentada nos pressupostos metodológicos e filosóficos de sua época, especialmente no positivismo, corrente dominante no final do século XIX. Apesar disso, como argumenta Moraes (1998), sua concepção já representava um avanço no campo da geografia, ao considerar o espaço como um “lugar de equilíbrio dinâmico entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades” (Moraes, 1998, p. 56), estabelecendo, assim, os limites e possibilidades para o progresso e a expansão dos grupos humanos. Essa visão, contudo, também foi apropriada como instrumento teórico para sustentar projetos de cunho imperialista e expansionista.

No entanto, a compreensão contemporânea de território se afasta dessa visão essencialmente determinista e passa a considerá-lo como categoria de análise, ou seja, como um conceito interpretativo capaz de revelar as relações sociais e os usos múltiplos do espaço. Nesse sentido, Raffestin (1982, p. 144) traz uma contribuição relevante ao questionar: “Mas o que é este uso do território?”. Para ele, o uso do território é, essencialmente, uma relação social, uma vez que a apropriação de um espaço por um indivíduo, grupo ou Estado, implica sempre um ato de poder. Assim, o território é definido como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Complementando essa perspectiva, Ferreira (2014) introduz a ideia de território usado, enfatizando que o território não é apenas o conjunto de objetos físicos presentes em determinado lugar, mas sim o espaço apropriado e vivido pelas relações sociais. Para Santos, o território usado é composto pelo chão (base material) e pela identidade (laço simbólico e afetivo), sendo,

portanto, expressão das dinâmicas econômicas, políticas, culturais e afetivas de uma sociedade. Ele propõe que o território seja entendido como uma construção social em constante transformação, resultado da ação humana sobre o espaço e das disputas por poder que nele se travam.

Assim, ao longo do tempo, o território deixa de ser visto como um simples recorte espacial ou domínio estatal fixo, e passa a ser analisado como um espaço vivido, apropriado e disputado, cujas múltiplas dimensões revelam o entrelaçamento entre estrutura e agência, materialidade e subjetividade, poder e identidade (Ferreira, 2014).

Nessa perspectiva, Raffestin (1993, p.150), aborda que

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território (Raffestin, 1993 p. 150).

Projetar um trabalho é, essencialmente, reconhecer que o território é resultado direto da ação humana. Ele não se resume a um simples conjunto de elementos dispostos em um espaço geográfico; como afirma Milton Santos (2006, p. 14), o território deve ser compreendido como território usado, ou seja, o espaço físico somado à identidade. E essa identidade envolve, entre outros aspectos, o sentimento de pertencimento. Assim, o território se configura como base do trabalho, espaço de moradia, de trocas materiais e de vivência cotidiana.

As terras e os territórios quilombolas devem ser compreendidos como elementos constitutivos da identidade coletiva dessas comunidades, visto que, é por meio deles que se estabelece o vínculo vital com seus ancestrais, que viveram, resistiram e morreram nesse solo, do qual depende profundamente a sobrevivência física, cultural e simbólica de seu povo. A perda dessas terras representa mais do que o deslocamento geográfico, significa o apagamento das comunidades quilombolas enquanto sujeitos históricos e sociais. Fora desse território, suas histórias, culturas, cosmovisões, tradições religiosas e modos de vida, que compõem um patrimônio social inalienável, tendem à extinção (Nogueira; Nascimento, 2012).

Desse modo, a terra e o território funcionam como o corpo material que sustenta todas as formas de identidade, inclusive as intelectuais. Assim como a negritude é um pilar da identidade coletiva negra, forjada pelas dores e resistências ao longo da história, os territórios

quilombolas são a expressão mais profunda da "alma" dessa identidade. Sem eles, tais comunidades deixam de existir em sua essência ontológica (Nogueira; Nascimento, 2012).

4. OS GRANDES PROJETOS E A POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NA AMAZÔNIA

A Amazônia passou, nas últimas décadas, por profundas transformações territoriais provocadas pela implantação de grandes projetos estatais e privados que alteraram drasticamente os modos de vida locais, sobretudo das populações tradicionais. Esses projetos, voltados principalmente à integração da região ao mercado nacional e internacional, representaram uma política de intervenção baseada em uma lógica desenvolvimentista que desconsidera os saberes, dinâmicas e territorialidades locais. Desse modo, Porto-Gonçalves (2006) destaca que essa lógica imposta pelo Estado e pelas corporações revela uma concepção de território como algo a ser conquistado, dominado e explorado, deslocando o sentido de pertencimento das comunidades amazônicas para um modelo de ocupação funcional aos interesses econômicos externos à região.

Segundo Fenzl *et al.* (2020), os grandes empreendimentos instalados na Amazônia, como hidrelétricas, rodovias, portos e projetos agroindustriais, promovem uma reconfiguração do espaço amazônico ao gerar deslocamentos forçados, impactos ambientais severos e conflitos fundiários. O artigo demonstra que essas intervenções estatais ocorrem com pouca ou nenhuma consulta às comunidades afetadas, desconsiderando sua organização social, práticas produtivas e vínculos com o território. Os autores apontam ainda que, além de marginalizar as populações locais, os grandes projetos consolidam uma lógica territorial baseada em enclaves produtivos, fragmentando os usos do solo e desarticulando os arranjos socioterritoriais tradicionais.

Assim, os grandes projetos tornam-se vetores de reterritorialização da Amazônia, conduzida por interesses econômicos hegemônicos que se sobrepõem à diversidade sociocultural da região. Essa política de intervenção revela-se como uma estratégia de dominação territorial, na qual o desenvolvimento é sinônimo de exploração e desapropriação.

A intensificação dos grandes projetos e a política de intervenção na Amazônia ganharam força a partir do século XX, pois, anteriormente, a Amazônia não possuía conexão terrestre com o restante do Brasil a partir da colonização portuguesa, o modelo de ocupação era predominantemente o padrão rio-Várzea-floresta, ou seja, os rios eram o principal meio de circulação de pessoas, mercadorias e informações (Porto-Gonçalves, 2006).

A maioria das cidades amazônicas teve sua ocupação iniciada pelas margens dos rios. Diante disso segundo Nascimento *et al.* (2020) “suas relações eram mais intensas com a Europa por meio do comércio de recursos naturais e importação de produtos industrializados. Um dos maiores exemplos são a exploração e o comércio de borracha”. A Amazônia mais uma vez explorada sendo usada como grande fonte de matéria prima barata para exploração e

comprando produtos caros vindos da Europa e outras partes do mundo (Porto-Gonçalves, 2006).

5. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Abaetetuba é um município do Estado do Pará que, originalmente, chamava-se Abaeté, topônimo de origem indígena que significa “homem forte e valente”. Contudo, devido à legislação federal que proibia a duplicidade de nomes entre cidades e vilas brasileiras, e já existindo outra cidade com esse nome em Minas Gerais, em 1944 o município paraense teve sua denominação alterada para Abaetetuba, termo tupi que significa “lugar de homem ilustre”.

Localizado na mesorregião do Nordeste Paraense e pertencente à microrregião de Cametá (IBGE, 2023), o município se destaca por sua posição estratégica na região insular da Amazônia, com forte influência das dinâmicas fluviais que caracterizam o cotidiano de sua população. Com uma economia historicamente baseada no extrativismo, agricultura familiar e na pesca artesanal, Abaetetuba também se insere em importantes rotas comerciais fluviais, sendo considerada um ponto de conexão entre Belém e outras regiões do interior do Pará (Quaresma *et al.*, 2015).

Atualmente tem a sua economia consolidada no setor terciário, comércio e serviços, dessa forma possui uma grande diversidade de atividades econômicas com grande destaque para a agricultura e piscicultura, a agricultura tem seu fortalecimento no sistema agroflorestal o município ocupa o 3º lugar na produção de bacuri e de cupuaçu, o 2º lugar na produção de açaí e 1º lugar na produção de manga do estado do Pará. Produz também mandioca, coco, miriti e bacaba. Destaca-se também a piscicultura abaetetubense, orgulha-se em ser o 5º maior polo pesqueiro do Estado com grande produção de peixe e camarão (Abaetetuba, 2012).

As transformações socioespaciais de Abaetetuba ao longo das últimas décadas revelam um processo de reconfiguração territorial impulsionado por múltiplos fatores, como a expansão de infraestruturas, a intensificação do mercado agroalimentar e a chegada de grandes projetos (Fenzl *et al.*, 2020; Almeida, 2012). Esses elementos vêm provocando mudanças significativas no modo de vida de populações tradicionais, nas dinâmicas de ocupação do solo e nas formas de uso dos recursos naturais (Fenzl *et al.*, 2020) como destaca Becker (2001), a Amazônia tem sido historicamente integrada ao mercado nacional e internacional a partir de políticas estatais que priorizam o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade social e ambiental, e Abaetetuba não escapa a essa lógica (Almeida, 2012; Soares *et al.*, 2021).

A territorialização de grandes empreendimentos, como o porto graneleiro da empresa Cargill, tem desencadeado disputas por terra e recursos, afetando diretamente comunidades tradicionais da região, como a quilombola Bom Remédio. Segundo Fenzl *et al.* (2020), a instalação de infraestruturas logísticas voltadas à exportação de commodities, como soja e

milho, consolida um modelo de desenvolvimento que subordina os territórios amazônicos a uma lógica globalizada e extrativista. Essa lógica impõe transformações na paisagem e nas relações sociais, marginalizando formas tradicionais de uso da terra e rompendo com práticas territoriais baseadas na coletividade, reciprocidade e manejo sustentável.

Esses impactos são intensificados pelas características geográficas de Abaetetuba, marcada pela insularidade e pelas redes hidrográficas. O município é composto por diversas ilhas e rios navegáveis, o que historicamente moldou um modo de vida ribeirinho, com forte dependência das águas para deslocamento, subsistência e trocas econômicas. No entanto, com o avanço das frentes econômicas voltadas à exportação, observa-se uma crescente precarização das condições de vida dessas populações e a substituição de saberes locais por técnicas orientadas ao lucro imediato (Porto-Gonçalves, 2006).

A produção agroextrativista, ainda que siga representando um eixo importante da economia local, vem sendo pressionada por modelos de produção intensiva e pela expansão da monocultura. Isso compromete os sistemas agroflorestais e a biodiversidade da região. Como salienta Little (2001), tais processos frequentemente resultam em “modernizações conservadoras”, nas quais há mudanças na forma, mas manutenção de estruturas de exclusão social. Em Abaetetuba, esse cenário se expressa na concentração de terras e na crescente dificuldade de reprodução dos modos de vida tradicionais das populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas. (Abaetetuba, 2012).

Apesar da pujança agrícola e pesqueira destacada por dados oficiais, o município enfrenta contradições profundas entre crescimento econômico e justiça territorial. A presença de grandes empreendimentos, muitas vezes com apoio estatal, não tem garantido redistribuição equitativa dos benefícios gerados. Pelo contrário, comunidades como Bom Remédio denunciam a perda de acesso a áreas de uso tradicional, a poluição de igarapés e o aumento de conflitos territoriais, fenômenos que evidenciam um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador (Fenzl *et al.*, 2020; Almeida, 2012).

Assim, as transformações socioespaciais em Abaetetuba devem ser analisadas não apenas a partir de indicadores econômicos, mas sobretudo considerando os conflitos, resistências e rearranjos territoriais que emergem da interação entre grandes projetos e populações locais. O território, neste contexto, não pode ser reduzido a um espaço físico, mas deve ser compreendido como um espaço vivido, disputado e construído por múltiplos agentes sociais com projetos distintos de sociedade (Haesbaert, 2007).

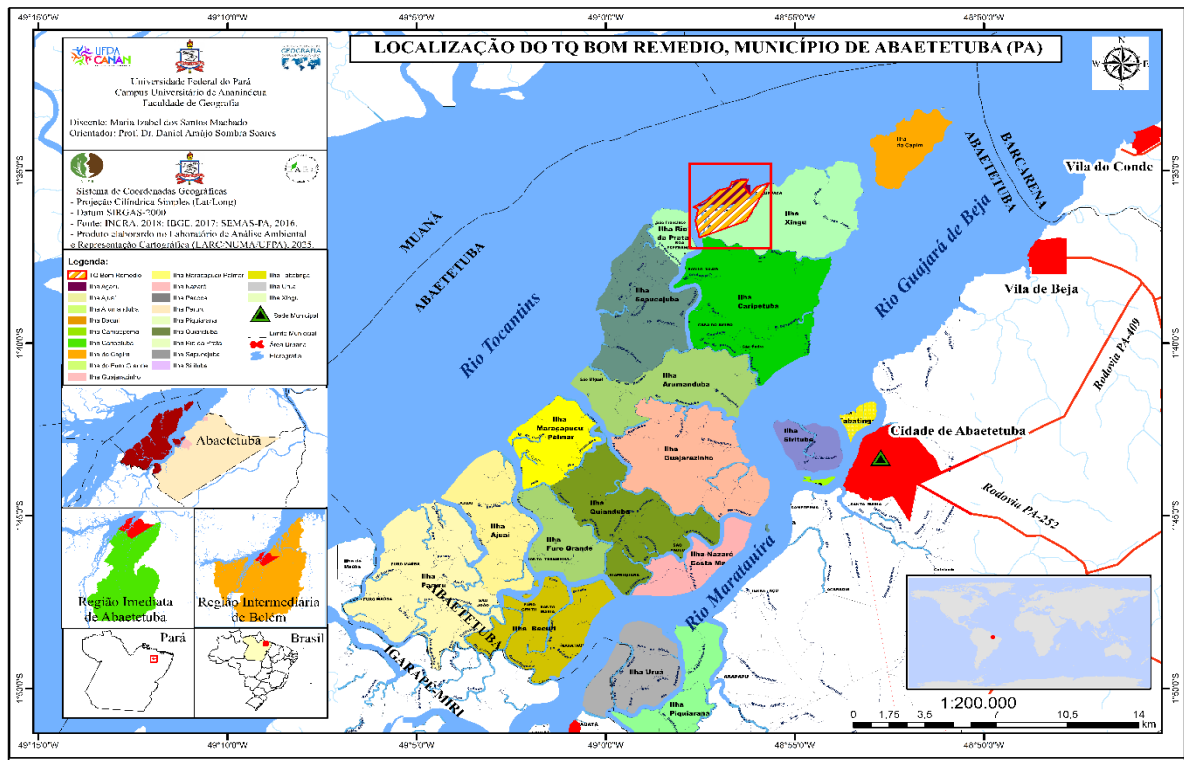
6. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA BOM REMÉDIO E O GRANDE PROJETO DO TUP DA CARGILL

6.1. O Território Quilombola Bom Remédio: localização e situação

O território Quilombola Bom Remédio, localizada no município de Abaetetuba, na ilha de Urubueua no estado do Pará, representa uma das muitas comunidades tradicionais da Amazônia que enfrentam o avanço de grandes empreendimentos econômicos. O projeto da Cargill, uma das maiores empresas do setor agroexportador, visa à construção de infraestrutura para escoamento de commodities agrícolas, principalmente soja, o que tem gerado tensões e conflitos territoriais. Para a o quilombo Bom Remédio, o projeto não apenas ameaça suas terras, mas também afeta diretamente o modo de vida tradicional, baseado na agricultura de subsistência e no manejo sustentável dos recursos naturais (Silva, 2020).

Diante das ameaças crescentes ao seu território tradicional, a Comunidade Quilombola Bom Remédio elaborou um Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto, fundamentado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Este instrumento expressa a autodeterminação do povo quilombola, estabelecendo regras próprias sobre como a comunidade deve ser consultada em casos de projetos ou medidas que possam impactar seu modo de vida, território ou cultura. Construído de forma coletiva, com assembleias, reuniões e apoio de parceiros, o protocolo reafirma o direito da comunidade de autorizar ou vetar intervenções externas, como os projetos portuários da Cargill e da Louis Dreyfus Company, que representam ameaças diretas à sustentabilidade ambiental e sociocultural da região.

Figura 1: Mapa de localização do TQ Bom Remédio, Abaetetuba (PA).



Fonte: IBGE, 2020; ITERPA, 2020. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA), 2025.

Para melhor compreensão da localização da área de estudo o mapa acima representa a localização do Território Quilombola (TQ) Bom Remédio, situado no município de Abaetetuba, estado do Pará. A comunidade encontra-se em uma área insular, cercada por diversos rios como o Rio Marataúira e o Rio Tocantins, característica típica da região do Baixo Tocantins, marcada por um intrincado sistema de ilhas e furos. Essa localização insular impõe um modo de vida diretamente condicionado pelos elementos naturais e hidrográficos, com deslocamentos e acessos muitas vezes feitos por embarcações fluviais, o que influencia significativamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da população local (Figura 1).

O modo de vida do quilombo Bom Remédio está fortemente vinculado aos recursos naturais, à pesca artesanal, à agricultura de subsistência e ao extrativismo, práticas comuns em territórios insulares amazônicos. A insularidade contribui para a manutenção de práticas culturais tradicionais e um relativo isolamento que favorece a preservação da identidade quilombola. Contudo, esse mesmo isolamento dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência técnica, além de limitar as oportunidades de geração de renda e inclusão produtiva, o que acarreta vulnerabilidades socioeconômicas significativas (Berno *et al.*, 2010).

Entre os principais desafios enfrentados por comunidades como Bom Remédio estão a precariedade da infraestrutura de transporte e comunicação, a ausência de políticas públicas adaptadas à realidade insular e a ameaça constante de projetos de exploração econômica, como o avanço de grandes empreendimentos, por exemplo o da empresa Cargill. Esses projetos muitas vezes resultam em impactos socioambientais severos, gerando conflitos por terra e território, degradação ambiental e comprometimento da soberania alimentar local. Assim, a localização insular, ao mesmo tempo que contribui para a resistência cultural, demanda atenção especial do poder público e das políticas de desenvolvimento territorial (Berno *et al.*, 2010).

6.2. O Grande Projeto do TUP da Cargill

O Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) da Cargill, planejado para ser instalado no município de Abaetetuba, no Pará, representa um megaprojeto voltado ao escoamento de grãos, especialmente soja, para o mercado internacional. O empreendimento está projetado para movimentar até 9 milhões de toneladas de grãos vegetais por ano e ocupar uma área de aproximadamente 359 hectares. A estrutura será totalmente hidroviária, sem conexão rodoviária, o que, segundo a empresa, reduziria impactos ambientais relacionados ao transporte terrestre (Araújo, 2021).

Apesar dos argumentos apresentados pela Cargill, o projeto tem sido alvo de intensas críticas por parte de comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil e órgãos públicos. O Ministério Público Federal (MPF) solicitou a suspensão do licenciamento do terminal devido a indícios de grilagem na área onde a obra seria instalada, uma vez que ela incide sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades ribeirinhas e quilombolas. Além disso, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA) passou a ser monitorada por promotoras de Justiça, que instauraram inquérito civil para apurar possíveis irregularidades no processo de licenciamento ambiental (Araújo, 2021).

As comunidades locais manifestam grande preocupação com os impactos socioambientais do projeto. O terminal pode causar alterações significativas na dinâmica das marés, comprometendo a pesca artesanal, sendo a principal atividade econômica e de subsistência da região. Também há indícios de que áreas de reprodução e alimentação de peixes, como os pedrais, não foram devidamente consideradas nos estudos de impacto ambiental. A intensificação do tráfego de grandes embarcações representa, ainda, uma ameaça direta à navegação tradicional, realizada por pequenas canoas e rabeteiras (Araújo, 2021).

Diante dessas ameaças, as comunidades vêm se organizando para resistir à implantação do empreendimento. Mobilizações como protestos, audiências públicas e ocupações de espaços urbanos têm sido realizadas, com o apoio de entidades como a FASE Amazônia². Estima-se que cerca de 70 mil pessoas seriam afetadas diretamente, abrangendo 72 ilhas e 24 Projetos Agroextrativistas na região (Araújo, 2021). A luta dessas populações é, portanto, uma defesa legítima por seus modos de vida, pela integridade dos ecossistemas locais e pelo respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada, conforme previsto na Convenção 169 da OIT (Araújo, 2021).

6.3. O conflito territorial e socioambiental entre TQ Bom Remédio e TUP da Cargill

As implicações socioambientais do projeto da Cargill são amplas. A expansão de portos e infraestrutura de transporte fluvial, essenciais para a logística de exportação de grãos, gera impactos significativos no meio ambiente. Segundo Silva (2020), as áreas de floresta e manguezais, fundamentais para a manutenção da biodiversidade e para a subsistência da comunidade, estão em risco. Além disso, as obras podem interferir na pesca, uma das principais atividades econômicas da comunidade, e poluir os cursos d'água que fornecem alimentos e recursos para as famílias quilombolas (Neto, 2020).

Outro aspecto relevante envolve os direitos territoriais da comunidade. De acordo com Neto (2020), o projeto da Cargill tem avançado sobre terras tradicionais sem a devida consulta e consentimento da comunidade, violando os preceitos da Convenção 169 da OIT, que prevê a consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas por projetos de desenvolvimento. Isso agrava a vulnerabilidade do quilombo Bom Remédio, que luta pelo reconhecimento e pela regularização de suas terras. Esse cenário reflete um padrão comum na Amazônia, onde o avanço de empreendimentos agroexportadores e de infraestrutura frequentemente desconsidera os direitos das populações locais.

O conflito envolvendo o território Quilombola Bom Remédio e o projeto da Cargill é um exemplo claro das complexas dinâmicas que envolvem o desenvolvimento de grandes empreendimentos agroexportadores na Amazônia. A lógica do agronegócio, que busca aumentar a competitividade do Brasil no mercado global de commodities, muitas vezes entra

²O programa da FASE na Amazônia é uma organização que defende a sustentabilidade socioambiental dos territórios está além da proteção dos recursos naturais. Com sede em Belém, atua em municípios da região metropolitana e nas regiões do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas, visando o desenvolvimento regional e alternativas como o agroextrativismo e o cooperativismo (FASE, 2025).

em choque com os direitos territoriais e as práticas sustentáveis das populações tradicionais (Anjos, 2005; Neto, 2020).

As comunidades quilombolas, como Bom Remédio, têm uma relação simbiótica com suas terras, onde práticas agrícolas de subsistência são realizadas em harmonia com o meio ambiente. A intervenção de grandes empresas como a Cargill ameaça romper esse equilíbrio, ao introduzir um modelo de exploração intensiva dos recursos que desconsidera as particularidades ecológicas e culturais da região (Silva, 2020; Neto, 2020).

Além dos impactos ambientais e territoriais, o projeto também levanta questões sobre a participação política e a consulta das comunidades afetadas. Segundo a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, as populações tradicionais têm o direito de serem consultadas de forma livre, prévia e informada sobre projetos que possam impactar seus territórios. No entanto, relatos indicam que a comunidade de Bom Remédio não foi adequadamente consultada sobre o desenvolvimento das obras da Cargill, o que configura uma violação de seus direitos fundamentais (Neto, 2020).

Esse tipo de omissão é recorrente em conflitos territoriais na Amazônia, onde as comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para fazer valer seus direitos em um contexto de pressões econômicas e políticas voltadas para o desenvolvimento. A resistência da Comunidade Quilombola Bom Remédio contra o projeto da Cargill também revela a capacidade de organização e mobilização dessas populações (Anjos, 2005; Neto, 2020).

As comunidades quilombolas têm um histórico de lutas pela defesa de seus territórios, mobilizando-se para garantir o reconhecimento de seus direitos e resistir às invasões e aos projetos que ameaçam suas terras. Nesse sentido, o caso de Bom Remédio é mais um capítulo na luta mais ampla das populações quilombolas no Brasil por justiça territorial e ambiental, uma luta que tem ganhado cada vez mais visibilidade em fóruns nacionais e internacionais (Anjos, 2005; Neto, 2020).

A preservação desses territórios não é apenas uma questão de sobrevivência física para essas comunidades, mas também de preservação cultural, uma vez que a terra é um elemento central para a continuidade de suas práticas e tradições. A situação enfrentada pela Comunidade Quilombola Bom Remédio é emblemática não apenas pela disputa territorial com a Cargill, mas também pelo impacto ambiental que esse tipo de empreendimento acarreta. A instalação de grandes infraestruturas de escoamento de commodities agrícolas, como portos e hidrovias, altera drasticamente o equilíbrio ambiental da região.

A degradação dos manguezais e das áreas de floresta nativa ameaça a biodiversidade local, prejudicando a fauna e flora que são essenciais para a sustentabilidade ambiental e para a sobrevivência da própria comunidade. A pressão sobre os recursos hídricos também é um fator preocupante, uma vez que o aumento da poluição dos rios e a mudança no fluxo das águas pode comprometer a pesca e o acesso à água potável, pilares fundamentais para o modo de vida quilombola (Silva, 2020).

Além das consequências ambientais, o impacto socioeconômico sobre a Comunidade Bom Remédio também é significativo. Com a possível redução das terras agrícolas disponíveis e a contaminação das águas, a subsistência das famílias quilombolas fica comprometida. A agricultura de subsistência, que historicamente garante a alimentação e a manutenção da cultura local, é diretamente ameaçada pela presença de grandes empresas agroexportadoras.

Como destacam Almeida e Rezende (2013), a instalação de grandes empreendimentos em territórios quilombolas muitas vezes desconsidera as alternativas de desenvolvimento sustentável que as próprias comunidades tradicionais promovem, levando à marginalização dessas populações e ao aprofundamento das desigualdades socioeconômicas na região.

Outro ponto relevante é o papel do Estado na mediação desses conflitos. Em muitos casos, como o da Comunidade Bom Remédio, o poder público atua de maneira insuficiente ou mesmo omissa, provocando vulnerabilidade às comunidades tradicionais devido ao avanço de interesses privados. A falta de implementação efetiva de políticas de regularização fundiária para comunidades quilombolas e a ausência de mecanismos de fiscalização robustos permitem que empresas como a Cargill avancem sobre territórios protegidos, exacerbando os conflitos. A justiça restaurativa e a criação de espaços de diálogo entre as partes envolvidas são alternativas que têm sido sugeridas por estudiosos e defensores dos direitos das populações tradicionais, como forma de mitigar esses impactos e garantir que os direitos dessas comunidades sejam respeitados (Cunha *et al.*, 2021).

Dessa forma, o embate entre o Quilombo Bom Remédio e a Cargill ilustra o dilema maior entre o desenvolvimento econômico, promovido por grandes corporações, e os direitos das populações tradicionais, que buscam proteger seu modo de vida sustentável e seus territórios ancestrais. As implicações desse conflito não se restringem apenas à comunidade envolvida, mas refletem as tensões mais amplas na Amazônia, onde a pressão pelo crescimento econômico coloca em risco a conservação ambiental e a justiça social (Silva, 2020; Neto, 2020).

6.4 Percepções e estratégias do território Quilombola Bom Remédio frente ao projeto da Cargill

A entrevista foi realizada com 3 moradoras da comunidade quilombola Bom Remédio, todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A primeira entrevistada, Maria de Lourdes Rocha Nery, conhecida como Dona Lorde, é uma das lideranças mais antigas da comunidade, com 74 anos de idade e forte atuação nos grupos religiosos e comunitários. Em sua fala, ela explicita o sentimento de abandono por parte das instituições e o sentimento de ameaça que recai sobre o território tradicional diante da presença da empresa: *“essa empresa aqui tá só querendo nos prejudicar, né? As coisas que jogam na água vêm pra onde? Pra dentro dos nossos rios”*; e ainda *“eles nunca sentam com a comunidade”*. Essa fala evidencia a ausência de diálogo com os moradores, em violação direta ao direito à consulta prévia, livre e informada garantido pela Convenção 169 da OIT (Brasil, 2004). Além disso, a fala *“eles vieram logo no começo, tiraram umas fotos, que nem a gente sabia que tava sendo filmado”* aponta práticas invasivas e desrespeitosas, o que reflete a denúncia feita no Protocolo Comunitário da própria comunidade, onde se relataram registros fotográficos e mapeamentos sem consentimento (FASE, 2020).

A fala de Dona Lorde ainda ressoa com a noção de "territorialidade" discutida por Haesbaert (2004), quando afirma: *“eles querem porque tão vendo nossa terra, nós somos ricos, mana, em terra”*. O território, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas o fundamento da identidade coletiva, da economia de subsistência e da espiritualidade do grupo. A estratégia apontada por ela para resistir a essas ameaças é clara: *“por isso que nós fomos obrigados a fazer o nosso protocolo para nos proteger”*, fazendo referência ao Protocolo de Consulta como ferramenta de luta jurídica e política.

Na segunda entrevista, Regina Martins Machado, de 41 anos, articula uma análise crítica sobre os impactos já perceptíveis do empreendimento, mesmo antes de sua efetiva implantação. Ao afirmar que *“a poluição tá vindo primeiramente dos navios que estão sendo lavados, tá acabando com nosso peixe, nosso camarão não existe mais, a água tá imprópria para banho e pra beber e o ar tá poluído”*, Regina denuncia os danos ambientais já sentidos pela população. Essa percepção corrobora com os estudos de Araújo (2021), que identificam impactos sobre a pesca artesanal, um dos pilares da economia local. A entrevistada também denuncia a falsa promessa de desenvolvimento ao afirmar que *“os nossos ribeirinhos não têm estudo suficiente pra pegar um emprego bom numa empresa dessa [...] o único emprego que eles podem dar pra nós é desmatar”*. Isso evidencia o descompasso entre as promessas do progresso econômico e

a exclusão estrutural das comunidades tradicionais, como já apontado por Porto-Gonçalves (2006), ao discutir as contradições do modelo desenvolvimentista na Amazônia.

Regina ainda ressalta as ameaças sociais associadas à chegada de grandes empreendimentos e do fluxo migratório desordenado: *“vem muita gente de fora, vão deixar suas mulheres pra lá, o que eles vão querer aqui? Explorar as meninas que tão aqui”*. Essa preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes é frequentemente mencionada em estudos sobre impactos sociais de grandes obras na região amazônica (Cunha *et al.*, 2021). Em resposta, Regina menciona a força do protocolo e das mobilizações sociais como instrumentos de resistência: *“o que nós temos na mão mesmo é o nosso protocolo e a força da população com o Grito das Águas³”*, destacando a ação coletiva e a denúncia pública como práticas centrais na luta territorial.

A terceira entrevistada, Paulina do Carmo, de 81 anos, também expressa desconfiança e rejeição ao projeto da Cargill. Em sua fala, observa-se uma preocupação transgeracional: *“não vou dizer por mim porque eu já tô no fim da safra, mas eu tenho meus filhos, meus netos, todas as crianças, me preocupa das crianças aqui”*. A imagem da “safra da vida” utilizada por Paulina carrega um simbolismo forte sobre o ciclo de pertencimento ao território e a necessidade de sua preservação para as gerações futuras, tema central nas abordagens de sustentabilidade e justiça intergeracional. Ela complementa com uma constatação sobre a lógica de contratação predatória da empresa: *“o povo daqui pode até pegar um trabalho, mas enquanto é serviço de mato, depois, quando tiver tudo pronto, ninguém daqui vai ficar”* reforçando que os poucos empregos temporários oferecidos não compensam os danos permanentes.

A estratégia mencionada por Paulina também é a mobilização popular: *“tempo do Grito das Águas a gente vai pra lá [...], vem gente de muitos e muitos lugares pra lá, enche a praia, parece mês de julho que a praia tá cheia”*. O Grito das Águas, como prática política e simbólica, atua como espaço de denúncia, visibilidade e fortalecimento coletivo. Essa prática pode ser entendida como um exercício do “direito à insurgência” descrito por Sampa (2019),

³ O Grito das Águas é uma mobilização social e política organizada por comunidades tradicionais, povos indígenas e movimentos sociais na região amazônica. Seu objetivo é denunciar os impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos, como hidrelétricas, portos e mineração, que ameaçam territórios, rios e modos de vida locais. A manifestação reúne protestos públicos, atos simbólicos e ocupações pacíficas, buscando chamar a atenção da sociedade e das autoridades para violações de direitos humanos, degradação ambiental e exploração econômica sobre populações vulneráveis (MAB, 2025).

no qual os povos impactados se organizam para reivindicar seus direitos frente ao avanço do extrativismo.

Com base nas entrevistas analisadas, foi possível observar que a Comunidade Quilombola Bom Remédio tem plena consciência dos impactos socioambientais, econômicos e culturais que o projeto da Cargill representa. As falas de mulheres de diferentes gerações, com forte inserção comunitária e histórica no território, demonstram a percepção coletiva de que o empreendimento, longe de oferecer benefícios, intensifica a degradação ambiental, compromete os modos de vida tradicionais e ameaça o futuro das novas gerações. A ausência de consulta, as práticas de vigilância sem consentimento e a promessa de empregos que não contemplam a realidade dos ribeirinhos confirmam o descompasso entre a lógica desenvolvimentista imposta e a realidade vivida pelas comunidades tradicionais. Ademais, notou-se que o território é compreendido pelas entrevistadas como espaço de vida, memória, espiritualidade e resistência, elementos esses que reforçam a sua luta por autodeterminação e justiça.

Dessa forma, o Protocolo Comunitário e as mobilizações como o Grito das Águas não são apenas estratégias pontuais, mas formas legítimas de defesa e reafirmação dos direitos quilombolas. Ao tomarem a palavra e denunciarem os processos de invisibilização e violação, essas lideranças colocam em prática um projeto político próprio, enraizado na coletividade, no cuidado com a terra e na preservação de saberes ancestrais. A resistência da Comunidade Quilombola Bom Remédio deve, portanto, ser compreendida não apenas como reação a um projeto específico, mas como parte de uma luta mais ampla pelo reconhecimento e respeito aos povos tradicionais da Amazônia, frente às imposições de um modelo econômico que historicamente tem negligenciado seus direitos fundamentais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar os impactos do projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da empresa Cargill sobre o Território Quilombola Bom Remédio, localizado na zona insular do município de Abaetetuba (PA). Através do estudo territorial, levantamento bibliográfico e entrevistas com moradores da comunidade, buscou-se compreender de que forma o grande projeto tem influenciado a vida, o modo de habitar e a organização do território quilombola. Nesse sentido, os objetivos propostos inicialmente foram alcançados, proporcionando uma leitura crítica da realidade local.

As entrevistas realizadas, especialmente com as lideranças femininas do território, puderam evidenciar sentimentos de preocupação, resistência e insegurança frente ao avanço do projeto da Cargill. As mulheres entrevistadas expressaram a importância de manter o território tradicional, apontando que ele representa não apenas um espaço físico, mas também um elo com a ancestralidade, a memória e a identidade quilombola. Desse modo, observou-se que o projeto do TUP, representa uma ameaça concreta à reprodução social e cultural desse povo, uma vez que não considera adequadamente a existência e os direitos da comunidade.

Além disso, a análise da localização insular do Território Quilombola Bom Remédio trouxe à tona a singularidade da vivência nessas áreas. O modo de vida marcado por atividades de subsistência, forte conexão com o ambiente natural e laços comunitários estreitos, sofre pressões crescentes devido à lógica produtivista e econômica imposta por grandes empreendimentos. Cabe ressaltar que, o isolamento geográfico não impede que essas populações sejam diretamente afetadas por decisões que muitas vezes não as consideram como sujeitos do território, mas como obstáculos ao progresso.

A problemática se intensifica com a fragilidade das garantias legais e institucionais de proteção às comunidades tradicionais. Embora a comunidade de Bom Remédio seja reconhecida como território quilombola, os mecanismos de defesa ainda se mostram ineficazes diante do poder político e econômico de grandes corporações. A ausência de consulta prévia, livre e informada, como determina a Convenção 169 da OIT, é um dos pontos críticos destacados pelas falas das moradoras entrevistadas.

Nesse sentido, o projeto da Cargill se insere no histórico de intervenção sobre a Amazônia, que frequentemente prioriza interesses econômicos em detrimento das populações locais. Esse padrão reforça desigualdades, viola direitos territoriais e perpetua a marginalização de comunidades tradicionais. O estudo mostrou que, a imposição de uma nova dinâmica

territorial, a partir da TUP, desestrutura as bases materiais e simbólicas da vida comunitária, comprometendo inclusive a segurança alimentar, o acesso à terra e à água.

Entretanto, foi possível observar que a comunidade de Bom Remédio também apresenta estratégias de resistência, por meio de reuniões organizadas pelo grupo de mulheres, os relatos de enfrentamento e a busca por visibilidade e apoio institucional são indícios de que há uma luta em curso pela permanência no território. Essa resistência tem um caráter político e cultural forte, reafirmando o direito de existir e permanecer com dignidade em seus espaços originários.

Diante das informações supracitadas, nota-se que este trabalho contribui para o debate sobre os impactos socioespaciais de grandes empreendimentos na Amazônia e reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e respeitem os territórios tradicionais. Ademais, é necessário que o Estado assuma seu papel de mediador e garantidor de direitos, promovendo o desenvolvimento de forma justa e equitativa, com participação efetiva das comunidades envolvidas. Tendo em vista que, a defesa desses territórios passa pelo reconhecimento de sua importância histórica, ambiental e cultural, e pela valorização dos saberes locais na construção de um futuro mais justo para todos.

Além disso, é importante registrar que, após a finalização desta pesquisa, a empresa Cargill anunciou, em maio de 2025, a desistência oficial da construção do Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) em Abaetetuba, devido à não obtenção do licenciamento ambiental (Portal da Navegação, 2025). Essa decisão representa, ainda que temporariamente, uma vitória para as comunidades tradicionais da região, como a Comunidade Quilombola Bom Remédio, que durante anos expressaram sua resistência ao projeto. Contudo, ressalta-se que a luta pelo reconhecimento territorial e pela efetiva implementação de políticas de proteção segue em curso, uma vez que novos projetos de infraestrutura e expansão agroexportadora podem surgir, representando novas ameaças aos territórios tradicionais da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAETETUBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<https://www.abaetetuba.pa.gov.br/transparencia>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ALMEIDA, A. W. **Terras tradicionalmente ocupadas: os quilombos e a nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2012.

ALMEIDA, M. W.; REZENDE, R. **Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação**. *RURIS* (Campinas, Online), v. 7, n. 2, 2013.

ANJOS, R. S. **Territórios de comunidades quilombolas do Brasil: segunda configuração espacial**. 2005.

ARAÚJO, A. C. **Expansão do agronegócio e os conflitos territoriais no Baixo Tocantins paraense: os impactos do Terminal Portuário da Cargill em Abaetetuba**. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BERNO, A. *et al.* **Territórios quilombolas e conflitos**. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, 20 abr. 2004.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades IBGE. Abaetetuba histórico**. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Pará | Abaetetuba | História & Fotos](#). Acesso em: 07 de agosto de 2024.

CARGILL. **Serviços portuários**, 2025. Disponível em [Serviços Portuários | Cargill Brasil](#) : Acesso em: 16 jun. 2025.

CUNHA, E. M. *et al.* Impactos de grandes empreendimentos sobre populações tradicionais: uma leitura crítica da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, n. 2, p. 193–211, 2021.

CUNHA, M. G. (Org.); MAGALHÃES, S. B. (Org.); ADAMS, C. (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. 2021.

FASE. Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto – Território Quilombola Bom Remédio. Abaetetuba-PA, 2020.

FENZL, N. *et al.* Os “Grandes projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú (MA), v. 6, p. 1-125, 2020.

FERNANDES, D. Território E Territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 2, n. 4, p. 59-68, 2009.

FERREIRA, D. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista campo-território**, v. 9, n. 17 Abr., p. 111-135, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JÚNIOR, N. N. G, **Análise de fatores decisórios através de mitologia multicritério para escolha portuária ideal para as cargas do arco norte.** UFPA.br. Belém, 2020.

MORAES, A. C. **Geografia:** pequena história crítica. 16ª ed. São Paulo, Hucitec, 1998.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: MMA, 2001.

NETO, C. F. **Revisão integrativa sobre a saúde da comunidade tradicional.** Revista Saúde e Meio Ambiente, v. 10, n. 1, p. 82-94, 2020.

NOGUEIRA, M. A.; NASCIMENTO, E. L. **Direitos territoriais e identidade: os quilombolas e a luta pelo território no Brasil contemporâneo.** In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Direitos quilombolas e desenvolvimento sustentável: reflexões e propostas. Brasília: SEPPPIR, 2012. p. 23–38.

PORTAL DA NAVEGAÇÃO. Empresa desiste de fazer investimento milionário no interior do Pará por falta de licença ambiental. Disponível em: <https://portaldanavegacao.com/2025/05/12/empresa-desiste-de-fazer-investimento-milionario-no-interior-do-para-por-falta-de-licenca-ambiental/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUARESMA, M. J. N. *et al.* Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, R. M. **Dano existencial coletivo às comunidades tradicionais, com ênfase nas comunidades quilombolas e indígenas.** Porto Alegre: Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais, 2017.

SILVA, H., Agronegócio na Amazônia e o avanço do capital: Ataque aos povos do campo. **Revista Trabalho Necessário** v.20, n 41, p.1-13, 2022. Disponível em :<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Her%C3%A1clito+silva+agroneg%C3%B3cio+na+Amaz%C3%B4nia+&lr=&oq=#d=gs_qabs&t=1684627894886&u=%23p%3DS_7BYr9m9x4J>

SOARES, D. A. S. *et al.* Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia Tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA). In: OLIVEIRA, R. J. (Org.). **Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**. Guarujá (SP): Científica Digital, 2021, p. 578-600.

ANEXO A - Registro da reunião do grupo de mulheres da Comunidade Quilombola Bom Remédio



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

ANEXO B - Registro da entrevista com Dorna Lourdes e Regina

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

ANEXO C - Registro do momento de confraternização do grupo das mulheres em comemoração ao dia das mães



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.